

<b>Assunto:</b> CNJ suspende posse no TER	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> POLÍTICA	<b>Seção/Repórter:</b> Beatriz Albuquerque
<b>Página:</b> 6	<b>Data:</b> 04/09/2014

# CNJ suspende posse no TRE

**Beatriz Albuquerque**  
balbuquerque@jc.com.br

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acatou, na última terça-feira (2), um pedido protocolado por desembargadores do Tribunal de Justiça (TJPE) contra a posse do juiz Paulo Victor Vasconcelos, que assumiria a vaga aberta com o fim do mandato de Janduhy Finizola no pleno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). De acordo com o pedido, houve erro na contagem de votos no processo de escolha. Com a decisão, o também juiz Júlio César Santos assumiu o cargo até a resolução do impasse. Ele atuava na Comissão de Desembargadores Auxiliares.

A solicitação apresentada ao CNJ foi assinada pelos desembargadores do TJPE Bartolomeu Bueno, Eduardo Paurá, Adalberto Melo, Alberto Virgí-



Rodrigo Carvalho/JC Imagem

**SUBSTITUTO Júlio César assume vaga após decisão do CNJ**

nio, Jorge Américo e Alfredo Jambo. O grupo alega que houve empate na primeira votação, com 22 votos para Paulo Victor e para a juíza Maria Auri Ribeiro. Além do erro na contagem, o preenchimento das cédulas

também estaria comprometido em favor de Paulo Victor.

O presidente do TJPE, Frederico Neves, se pronunciou através de nota. "O Tribunal de Justiça de Pernambuco respeita a decisão do relator do pro-

cesso administrativo, está providenciando a remessa dos documentos solicitados pelo CNJ e aguardará a decisão final do Conselho".

Frente à decisão, o presidente do TRE, Fausto Campos, anunciou ontem que Júlio César Santos assumiria a vaga. "Fiquei muito surpreso, pois desconhecia a decisão do CNJ. Sei que agora a tendência é que o volume de trabalho aumente", disse Júlio César. Com a reconfiguração, o advogado Ronnie Preuss passará a fazer parte da Comissão de Desembargadores Auxiliares.

## PLENO

O pleno do TRE decidiu ontem, por ausência de provas, julgar improcedente o pedido de cassação do prefeito de Alinho, Aílson Oliveira (PSD). Ele foi acusado de forjar um atentado durante as eleições de 2012.

<b>Assunto:</b> Prestígio – des. Eurico Barros Correia	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> VIVER	<b>Seção/Repórter:</b> JOÃO ALBERTO
<b>Página:</b> E3	<b>Data:</b> 04/09/2014

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### *Prestígio*

O desembargador Eurico Barros Correia era presença de prestígio na posse de Francisco Falcão na presidência do Superior Tribunal de Justiça.

<b>Assunto:</b> Policiais farão protesto hoje	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> LOCAL	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> A6	<b>Data:</b> 04/09/2014

# DIÁRIO de PERNAMBUCO

BLEENDA SOUTO MAIOR/DP/D.A PRESS



**Categoria protesta desde o início do ano**

CURSO

## Policiais farão protesto hoje

Insatisfeitos com a suspensão do Curso de Formação de Sargentos, um grupo de policiais militares realizará hoje, às 9h30, um protesto, em Santo Amaro. A concentração será em frente à Biblioteca Pública, de onde eles seguirão com destino à Assembleia Legislativa de Pernambuco, em busca de apoio político.

As aulas de formação foram encerradas após o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ter concedido ao Executivo uma liminar suspen-

dendo todas as decisões favoráveis aos militares, que haviam entrado com ações no Judiciário por se sentirem prejudicados durante o processo de seleção para o curso, em 2010, devido a uma modificação em um dos itens do edital do concurso.

Na época, segundo o advogado dos militares, José Carlos Madruga, a banca examinadora disse aos candidatos que eles teriam que acertar, em média, 40% das questões nas provas gerais, composta

por sete disciplinas, e 40% nas provas específicas, com três matérias. No entanto, após a realização dos exames, houve uma retificação, estabelecendo que os candidatos teriam que acertar 40% das questões em cada disciplina nas provas gerais e específicas.

O estado informou que solicitou a liminar porque a formação de novas turmas por determinação judicial causava prejuízo de R\$ 2.016, 56 por aluno.

<b>Assunto:</b> Justiça I / Justiça II	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> ÚLTIMAS NOTÍCIAS	<b>Seção/Repórter:</b> Fogo Cruzado
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 04/09/2014



Lucas Melo/Arquivo Folha



■ **JUSTIÇA 1** - TCE, TJ, TRT, TRE e UFRPE criaram ontem o “Ecos Pernambuco” para implantar programas de sustentabilidade ambiental. Segundo o presidente Frederico Neves (foto), só o TJ vai se livrar, por meio do processo eletrônico, de 93 mil resmas de papel que consome por ano.

■ **JUSTIÇA 2** - Em pouco mais de 6 meses à frente do TJ, o desembargador Frederico Neves criou diversos programas para aproximar o Judiciário da população. O principal deles são as Câmaras Regionais que vão funcionar no interior. A primeira será instalada em novembro, em Caruaru.

<b>Assunto:</b> SUBSTITUIÇÃO > TRE escolhe novo integrante do povo	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> POLÍTICA	<b>Seção/Repórter:</b>
<b>Página:</b> 5	<b>Data:</b> 04/09/2014



## > SUBSTITUIÇÃO

# TRE escolhe novo integrante do Pleno

AMANDA SEABRA

Depois de ter o nome indicado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), vetado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) decidiu ontem pelo nome do juiz substituto, Júlio Cezar Santos, para o lugar do desembargador Janduhy Finizola, que encerrou também ontem o seu mandato no TRE.

O nome que havia sido eleito e indicado pelo TJPE era o de Paulo Victor Vasconcelos, que tomaria posse hoje, porém, um grupo de desembargadores do TJPE discordou do pleito e denunciou ao CNJ a ocorrência de favorecimento no processo de eleição.

O CNJ acatou o pedido dos

reclamantes, Bartolomeu Bueno, Eduardo Paurá, Adalberto Melo, Alberto Virgínio, Jorge Américo e Alfredo Jambo, considerando que as denúncias feitas em relação ao pleito devem ser esclarecidas, sob pena de gerar instabilidade ao exercício das atividades do TRE. O Conselho concedeu a liminar em favor do grupo de desembargadores na noite da última terça-feira. Os reclamantes alegaram que a candidata adversária, Maria Auri Ribeiro, foi prejudicada por ter havido erro na contagem e no preenchimento das cédulas de votação.

Júlio Cezar assume a vaga aberta com a saída de Finizola temporariamente, até que o TJPE resolva a questão e decida quem vai ocupar a vaga definitivamente.

<b>Assunto:</b> Dor... de cabeça	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> COTIDIANO	<b>Seção/Repórter:</b> Folha da Cidade
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 04/09/2014



---

■ **MAIS DOR...** - Além do Sassepe, o Governo do Estado tem outra dor de cabeça: os PMs protestam, hoje, às 09h30, no Parque Treze de Maio, contra o cancelamento do Curso de Formação de Sargentos (CFS). A medida foi realizada pelo Governo.

---

■ **...DE CABEÇA** - Segundo os PMS, o Governo pressionou o TJPE para cancelar as dezenas de liminares já deferidas no âmbito do 1º Grau. O concurso teve uma série de irregularidades e os candidatos lesados também farão ato público e irão à Assembleia Legislativa.

<b>Assunto:</b> Foto – evento no TJPE	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> PROGRAMA	<b>Seção/Repórter:</b> PERSONA
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 04/09/2014



Felipe Ribeiro



O desembargador **Marcos Rabelo Torres** e o advogado **Carlos Andrade** prestigiando coquetel que congregou nomes importantes do mundo jurídico no Tribunal de Justiça

<b>Assunto: Tribunais se reúnem para lançar fórum de responsabilidade socioambiental</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Tribunais se reúnem para lançar fórum de responsabilidade socioambiental**

Um fórum, denominado Ecos de Pernambuco, será criado para desenvolver ações conjuntas na área socioambiental. O projeto faz parte do termo de cooperação técnica assinado pelo Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco (TRT), o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Uma das primeiras ideias elaboradas pelo fórum, composto pelas comissões socioambientais de todos os órgãos, é a de gestão compartilhada dos resíduos sólidos dos tribunais. Espera-se, ainda, que o acordo pontencialize ações de treinamento e capacitação dos magistrados e servidores, além da implantação de tecnologias e racionalização dos recursos dos tribunais.

<b>Assunto: Câmaras Extraordinárias julgam mais de 200 processos em um mês de atividade</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

**DIARIO** de **PERNAMBUCO**  
.com.br

### **Câmaras Extraordinárias julgam mais de 200 processos em um mês de atividade**

Mais de 200 processos foram julgados pelas Câmaras Extraordinárias Cível e Criminal em apenas um mês de atividade. As unidades, que atuam em regime de mutirão todos os sábados, têm como objetivo cumprir a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina o julgamento de, no mínimo, 80% dos processos distribuídos até o dia 31 de dezembro.

A Câmara Extraordinária Civil é responsável por 139 julgamentos e tem outros 14 processos na pauta para a próxima sessão, marcada para acontecer nesta sexta-feira (05). Já na Câmara Extraordinária Criminal, foram julgados 71 casos, com 19 marcados para a próxima segunda-feira (08). No total, em um mês, 210 processos foram realizados.

Com proposta inicial de duração de 90 dias, as câmaras poderão ter suas atividades prorrogadas, por mesmo período, caso seja atestada a necessidade.

<b>Assunto: TJPE terá que reavaliar títulos de candidatos</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **TJPE terá que reavaliar títulos de candidatos**

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Fundação Carlos Chagas (FCC) terão que reavaliar a pontuação de títulos dos candidatos do concurso com 300 vagas para outorga de nota e de registros. A decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é baseada em quatro procedimentos de controle.

Nos processos, candidatos relatam que houve modificação na contagem dos pontos referentes aos títulos de pós-graduação, mas que o edital de retificação, contendo as novas regras não foi publicado.

Dividida em quatro fases, a seleção pública compreende provas objetiva (em caráter eliminatório), escrita, prática e oral e exame de títulos. A primeira fase ocorreu no dia 3 de fevereiro de 2013.

<b>Assunto: TJPE terá que reavaliar títulos de candidatos</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 04/09/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Policiais militares farão protesto hoje**

Insatisfeitos com a suspensão do Curso de Formação de Sargentos, um grupo de policiais militares realizará hoje, às 9h30, um protesto, em Santo Amaro. A concentração será em frente à Biblioteca Pública, de onde eles seguirão com destino à Assembleia Legislativa de Pernambuco, em busca de apoio político.

As aulas de formação foram encerradas após o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ter concedido ao Executivo uma liminar suspendendo todas as decisões favoráveis aos militares, que haviam entrado com ações no Judiciário por se sentirem prejudicados durante o processo de seleção para o curso, em 2010, devido a uma modificação em um dos itens do edital do concurso.

Na época, segundo o advogado dos militares, José Carlos Madruga, a banca examinadora disse aos candidatos que eles teriam que acertar, em média, 40% das questões nas provas gerais, composta por sete disciplinas, e 40% nas provas específicas, com três matérias. No entanto, após a realização dos exames, houve uma retificação, estabelecendo que os candidatos teriam que acertar 40% das questões em cada disciplina nas provas gerais e específicas.

O estado informou que solicitou a liminar porque a formação de novas turmas por determinação judicial causava prejuízo de R\$ 2.016, 56 por aluno.

<b>Assunto: União de esforços em PE garante sucesso de ação por cidadania</b>	
<b>Veículo: CNJ</b>	<b>Data: 04/09/2014</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **União de esforços em PE garante sucesso de ação por cidadania**

Quando o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Eduardo Paurá Peres, com a assessoria das juízas Fernanda Chuahy e Maria Auri Alexandre Ribeiro, instituiu os programas Um Passo a Mais para a Cidadania e Semana de Conciliação, com certeza não tinha a dimensão do alcance social que as iniciativas iriam atingir. No período de 25 a 27 de agosto, com a participação essencial de todos que trabalham na Comarca de Tracunhaém, os números registram a importância da ação.

Foram realizados 148 casamentos, entregues 180 certidões de casamento, 300 fotos para documentos, emissão de mais de 400 documentos de identificação e trabalhistas, além de 77 audiências, 49 decisões e 34 processos de rito sumário preparados para o juiz dar a sentença. "Outro número interessante que me referi no casamento é que casamos, em um único dia, quase 4% da população em idade núbil de Tracunhaém", revelou o juiz José Faustino Macedo Souza Ferreira, titular da comarca de Tracunhaém.

Foram resolvidas questões relacionadas, principalmente, ao registro civil e ações de família, além de efetivar a realização de audiências e conciliações. A iniciativa é fruto de parceria com a Associação dos Registradores das Pessoas Naturais de Pernambuco (Arpen-PE) e com o Fórum de Tracunhaém, além da colaboração de várias instituições da cidade.

Semana da Conciliação - Durante a ação, uma equipe especial da Corregedoria vem para colaborar com juízes e servidoras do Núcleo de Apoio aos Juízes (NAJ). "A conciliação é um meio alternativo de solução de conflitos que, além de trazer inúmeros benefícios às partes, desafoga o Judiciário e possibilita uma prestação jurisdicional célere e eficaz, sendo de capital importância a difusão da cultura da conciliação como busca da paz social", explicou o corregedor Eduardo Paurá. A Corregedoria Geral da Justiça tem como funções principais a orientação e fiscalização dos serviços judiciais em todo o estado.

Fonte: TJPE

<b>Assunto:</b> A pedido de outros desembargadores do TJPE, CNJ suspende posse de desembargador que ocorreria hoje no TRE	
<b>Veículo:</b> Blog de Jamildo	<b>Data:</b> 03/09/2014
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



## A pedido de outros desembargadores do TJPE, CNJ suspende posse de desembargador que ocorreria hoje no TRE

https://www.cnj.jus.br/pjecnj/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsul...



**Conselho Nacional de Justiça**

Autos: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 0005169-07.2014.2.00.0000  
Requerente: BARTOLOMEU BUENO DE FREITAS MORAIS e outros  
Requerido: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - TJPE

**DECISÃO LIMINAR**

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo (PCA) apresentado por Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes, Eduardo Augusto Paurá Peres, Adalberto de Oliveira Melo, Alberto Nogueira Virgínio, Jorge Américo Pereira de Lira e Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – TJPE, em que impugnam o ato que proclamou a eleição do Juiz de Direito Paulo Victor Vasconcelos de Almeida para compor o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE).

Alegam que o procedimento adotado pelo Pleno do Tribunal para eleição está eivado de vícios e nulidades, que foram ignorados em sessão, no intuito de beneficiar o candidato eleito.

Informam que, após a primeira rodada de votações, proclamou-se o resultado de empate entre os Juízes Paulo Victor Vasconcelos e Maria Auri Alexandre Ribeiro, cada um com 22 votos.

Acrescentam que, em razão do empate, o Presidente do Tribunal Pleno propôs a realização de sucessivas votações até que um dos candidatos recebesse a maioria absoluta dos

slideshare 1 / 5

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0005169-07.2014.2.00.0000  
em 29/08/2014 17:01:40 e assinado por:  
- CARLA CAROLINE FERREIRA LIMA